

# Pacote contra inflação

Jornal de Brasília • 7

## sai em janeiro

O Ministro Interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, assegurou, ontem na reunião de diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que o Governo vai atender ao apelo dos empresários e trabalhadores, anunciando já na primeira semana de janeiro medidas duras de combate à inflação. O ministro pediu aos empresários maior rigor no controle de preços, de forma a garantir o cumprimento das metas do pacto social de dezembro e janeiro. Como principal medida de impacto, o ministro anunciou a reforma administrativa, que incluirá a fusão de ministérios, extinção de órgãos e privatização de empresas estatais.

Costa Couto anunciou também para os primeiros dias de janeiro o fim do "cartel do trigo", com a privatização da comercialização do produto e garantiu que o governo vai mudar sua estratégia negociação da dívida externa, iniciando ainda em janeiro contatos diretos com os Governos dos países credores. A avaliação do Governo é de que o cenário internacional permite essa negociação direta.

Outra medida anunciada pelo ministro é a redução da colocação de títulos do Governo no mercado

para conter as taxas de juros. Em 89, serão emitidos títulos apenas para financiar a rolagem da dívida pública.

Costa Couto garantiu também que antes da próxima reunião do pacto, marcada para o dia 11 de janeiro, o Governo já terá sinalizado com essas medidas duras e fez um apelo aos empresários para se engajarem no combate à inflação, controlando com firmeza e rigor os preços dos produtos básicos. Disse também que o Governo vai elaborar um programa para garantir nos primeiros seis meses de 89 o abastecimento interno.

Os empresários receberam com reservas esse apelo, reclamando do aumento da carga tributária incluída no ajuste fiscal. Lembaram, ainda, as dificuldades para cumprir as metas do pacto, mas no fim da reunião garantiram sua adesão à proposta do ministro. A diretoria da CNI e os representantes de 14 federações da indústria de todo o país se comprometeram a encaminhar para todos os sindicatos e empresas filiadas recomendação no sentido de cumprir com rigor as metas do pacto na fixação de reajustes.